

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: A UTILIZAÇÃO DO SISU NA UFV-CRP

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZACIÓN DEL ACCESO AL ENSINO SUPERIOR: LA UTILIZACIÓN DEL SISU EN LA UFV-CRP

Alice Jane de Camargos¹

Rosiane Maria Lima Gonçalves²

Antônio Carlos Brunozi Júnior³

RESUMO:

O cenário educacional brasileiro apresenta-se com notável expansão na oferta de ensino de nível superior; tal expansão, porém, traz consigo questionamentos sobre a qualidade das instituições e cursos que tem surgido, bem como sobre a democratização do acesso a esse nível de ensino. Nesse cenário, foi proposto pelo governo federal, a adoção, pelas universidades federais, de um sistema unificado para seleção de candidatos, o SiSU, como forma de democratizar o acesso as IFES. O presente trabalho objetiva, então, analisar o impacto da utilização do SiSU na Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba e verificar se houveram mudanças no perfil e desempenho dos alunos após a adoção desse sistema unificado como processo seletivo. Na pesquisa foi utilizada a estatística descritiva, aplicada nos dados dos estudantes obtidos junto a UFV-CRP. Constatou-se que a adoção do SiSU como processo seletivo possibilitou o aumento no número de postulantes para as vagas disponibilizadas no *Campus* e a diversificação em termos de origem territorial dos alunos, tal como é objetivo da implantação do sistema unificado; em contrapartida foi observada queda no desempenho acadêmico após a mudança no processo seletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Democratização; SiSU; Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba.

RESUMEN:

El escenario educacional brasileño se presenta con notable expansión en la oferta de educación de nivel superior; tal expansión trae consigo cuestiones sobre la calidad de las instituciones y cursos que han surgido, bien como sobre la democratización del acceso a ese nivel de educación. En ese escenario, fue propuesto por el gobierno federal, la adopción, por las universidades federales, de un sistema unificado para la selección de candidatos, el SiSU, como una forma de democratizar el acceso a las Instituciones de Educación Superior. El presente trabajo objetiva, entonces, analizar el impacto de la utilización del SiSU en la Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba y verificar se hubo cambios en el perfil e desempeño de los alumnos después de la adopción de eses sistema unificado como proceso selectivo. En la investigación fue utilizada la estadística descriptiva,

¹ Bacharela em Administração pela Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba.

² Doutora e mestra em Economia Aplicada e graduada em Administração com Habilitação em Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa. Docente da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9727521548920368>.

³ Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestre em Administração Pública e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Viçosa. Docente da Universidade Federal de Viçosa *Campus* Rio Paranaíba. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0222405169890569>.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

aplicada en los datos de los estudiantes obtenidos junto a UFV-CRP. Encuentra que la adopción del SiSU como proceso selectivo ha posibilitado el aumento en el número de postulantes para las vacancias disponibles en el Campus y la diversificación en termos de origen territorial de los alumnos, tal como el objetivo de la implantación del sistema unificado; en contrapartida fue observada caída en el desempeño académico después la mudanza en el proceso selectivo.

PALABRAS-CLAVE: Políticas Públicas; Democratización; SiSU; Universidade Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba.

01 – INTRODUÇÃO

As atuais tendências de direcionamento da educação superior no Brasil apontam para diversas tentativas de expansão, diversificação e inclusão. Tais tentativas objetivam primordialmente atender as determinações da Constituição Federal de 1988, que expressa no Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A demanda pela prestação de serviços de educação a nível superior tem, ao longo dos anos, apresentado constante crescimento. A educação é vislumbrada pela população como a oportunidade de ascensão social e muitos buscam as instituições de ensino superior com tal intuito (ROMANELLI, 1991). Ressalta-se, ainda, que a crescente concorrência no mercado de trabalho exige dos postulantes a cargos cada vez maior e melhor qualificação profissional. Para Antunes (2002) o atual processo de organização e racionalização do trabalho impõe aos trabalhadores um intenso e cuidadoso monitoramento de índices de produtividade, desempenho, satisfação, entre outros, os quais exigem qualificação e inserção intelectual no trabalho.

A partir do início do milênio atual, houve significativo aumento do número de matrículas efetuadas nas Instituições de Ensino Superior. Dos anos de 1991 a 1999 o crescimento médio no número de matrículas foi de 5,39% ao ano e 51,43% no período, passando de 1.565.056 matrículas em 1991 para 2.369.945 em 1999. No período de 2000 a 2007 o crescimento médio foi de 9,52% por ano e 81,14% no período, o número de matriculados em 2000 era de 2.694.245 estudantes e em 2007 foi de 4.880.381 estudantes. Esse crescimento acelerado pós anos 2000 aconteceu principalmente nas instituições privadas que obtiveram percentuais de

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

aproximadamente 100% de crescimento, enquanto as instituições públicas apresentaram percentuais de aproximadamente 40%. Paralelamente se encontram taxas proporcionais de crescimento no número de instituições, vagas, inscritos, cursos, concluintes, entre outros. (MEC, 2009a).

Moehlecke e Catani (2006) apontam algumas ações e incentivos governamentais que foram e estão sendo implementados, os quais podem exemplificar o processo de expansão do ensino superior brasileiro: a interiorização, com a criação de novos *campi* a níveis regionais; a diversificação, através da criação de novas modalidades de ensino, tais como cursos sequenciais e de ensino à distância; a flexibilização do currículo de formação em atendimento as demandas de mercado; e as novas formas de financiamento do ensino público e privado.

Em 2007 foi criado pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O PDE visou atender a demanda educacional em expansão no país. A nível superior houveram as seguintes decisões: foram criadas quatorze novas Universidades Públicas; promoveu-se a expansão de novos *campi* nas Universidades Públicas já existentes por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); foram criadas centenas de Institutos Federais de Educação Superior (IFES); houve a ampliação da ação do Programa Universidade para Todos (ProUni) que passou a atuar juntamente com o Financiamento Estudantil (FIES); e realizado um incremento da educação superior à distância, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) (MEC, 2010).

Outra medida governamental adotada no cenário expansionista do ensino superior brasileiro foi a criação, em 2010, do Programa de Seleção Unificada das Universidades Federais, o SiSU. De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o SiSU é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação, por meio do qual as instituições públicas de educação superior participantes selecionam novos candidatos através da nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Tal forma de avaliação pode ser utilizada pelas universidades no processo seletivo com algumas possibilidades: como fase única, como primeira fase, combinado com o vestibular da instituição e como seleção para as vagas remanescentes do vestibular (MEC, 2010).

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

A utilização do SiSU visa à democratização do acesso à universidade, o objetivo da implantação do sistema é ampliar o acesso de jovens às instituições públicas de ensino superior através da utilização das notas obtidas no ENEM, o qual é aplicado em todo o país e possibilita maior abrangência na disputa por vagas nas diversas instituições federais. Comparado ao tradicional processo seletivo do vestibular, no qual a seleção é realizada mediante a realização de uma prova por universidade, o SiSU apresenta-se mais flexível já que o postulante a vaga tem a possibilidade de escolha de qualquer universidade pública que tenha aderido ao sistema no país, bem como de qualquer curso, bastando para isso ter obtido nota no ENEM que o qualifique.

No primeiro semestre de 2013 houve mais de 1,9 milhão de inscritos no SiSU em todo o país que disputaram cerca de 129 mil vagas de 3.752 diferentes cursos em 101 universidades públicas e institutos federais de educação (BRASIL, 2013a).

1.1 – Formulação e Importância da Situação-Problema

Ampliar o acesso e disponibilizar uma formação de qualidade são questões centrais na política educacional do Brasil, uma vez que nos últimos dez anos surgiram diferentes propostas que visam a ampliação e equidade no acesso ao ensino superior. Desta forma, a discussão do tema democratização no acesso ao ensino superior ganha grande importância (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

A realidade atual do ensino superior brasileiro apresenta-se com uma inegável massificação, principalmente a nível privado, mas, apresentando-se, também, a nível público. A questão é compreender se tal massificação vem acompanhada de efetiva democratização. Cabe analisar se as mudanças afirmativas na busca da democratização do ensino superior impactam positivamente no acesso e no sucesso dos ingressantes nesse nível de ensino (ALMEIDA et al., 2012).

Para Tavares et al. (2008), a democratização do acesso ao ensino é questionável e maiores reservas podem apresentar-se quando se analisa o sucesso acadêmico e a inserção no mercado de trabalho após a conclusão dos cursos.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Nesse sentido, considera-se pertinente o estudo sobre o efeito causado no perfil e desempenho de alunos que foram beneficiados por uma das ações governamentais adotadas na busca pela democratização do acesso ao ensino superior, especificamente o SiSU.

Partindo do pressuposto que a utilização do SiSU possibilita maior facilidade de ingresso ao ensino superior, devido ao seu processo que permite a escolha da universidade e do curso dentre todas as universidades e institutos federais que aderiram ao sistema, surge o questionamento sobre o aumento ou, no mínimo, a manutenção do nível de qualidade no ensino superior público brasileiro e sobre a eficiência desse sistema de ingresso.

No sistema de seleção por vestibular, o postulante a vaga escolhia a universidade e o curso de seu interesse e, então, fazia uma prova específica da universidade escolhida com questões específicas para o curso que pretendia ingressar. No SiSU a aprovação para inserção no curso acontece através da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio; o aluno tem a possibilidade de se candidatar para duas universidades e tem a informação da nota de corte atualizada para o curso pretendido; caso a nota do ENEM obtida pelo estudante esteja abaixo da nota de corte do curso, este pode trocar de curso e/ou de universidade, buscando uma oportunidade na qual possa se classificar com sua a nota.

Observa-se, então, que existe uma inversão no processo de entrada na universidade: pelo vestibular o estudante primeiro escolhe o curso que tem maior aptidão ou interesse bem como a universidade pretendida e se inscreve para a seleção podendo ou não ser aprovado de acordo com a nota obtida, em caso negativo o aluno provavelmente tentará novamente no próximo vestibular na mesma ou em outra instituição de ensino ou curso. No SiSU o aluno primeiro faz a prova, que é única e aplicada em todo o país, e depois procede a escolha do curso e da universidade, candidatando-se, em geral, a vagas onde sua nota é passível de classificação.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) está entre as universidades que foram expandidas através das políticas de democratização do ensino superior. Em 2006, através da Resolução 08/2006, foi criado o *Campus* de Rio Paranaíba. As atividades acadêmicas iniciaram no segundo semestre de 2007.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

De 2007 a 2010 o processo seletivo para ingresso de estudantes na Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba (UFV-CRP) foi unicamente o vestibular. A partir da seleção realizada para o ingresso no segundo semestre de 2010, a universidade aderiu ao Programa de Seleção Unificada das Universidades Federais, utilizando-o como fase única na seleção de candidatos. O SiSU foi utilizado desde então nos processos seletivos da UFV-CRP e, atualmente, tem sido a principal política de admissão assumida pela Universidade, responsável pelo preenchimento de 80% das vagas disponibilizadas⁴.

Dada a mudança na forma de seleção, surge o questionamento sobre as mudanças nos resultados de tais seleções. As indagações compreendem a mudança no perfil e desempenho acadêmico dos estudantes da Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba que ingressaram na universidade por essas duas diferentes formas de seleção: vestibular e SiSU.

1.2 – Objetivos da Pesquisa

Analisar o impacto da utilização do SiSU no perfil e desempenho acadêmico dos estudantes da Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba, enquanto política pública de democratização do acesso ao Ensino Superior Público.

Objetiva-se, especificamente:

- a) Comparar as características dos estudantes que ingressaram via vestibular⁵ e via SiSU;
- b) Comparar os resultados de desempenho obtidos pelos alunos admitidos pelas duas formas de seleção, vestibular e SiSU;
- c) Avaliar se a adesão da UFV-CRP ao SiSU possibilitou a diversificação em termos de origem territorial dos estudantes que ingressaram antes e pós SiSU.

⁴ Os restantes 20% de vagas são preenchidas através do PASES.

⁵ Considera-se que o ingresso via vestibular engloba também os estudantes que ingressaram através do Programa de Avaliação Seriada para Ingresso no Ensino Superior (PASES).

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

02 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – O Ensino Superior Público Brasileiro: Expansão e Democratização

A análise dos dados referentes ao número de matrículas no ensino superior pós anos 1990 demonstra expressiva taxa de crescimento. Tal crescimento acentuou-se, claramente, após os anos 2000: dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que de 1991 a 1999 a taxa de crescimento no número de matrículas no ensino superior foi 51,43%, já no período de 1999 a 2007 a taxa de crescimento foi de 105,93%, ou seja, essa taxa duplicou na comparação desses dois períodos de oito anos. Esse crescimento apresenta-se em maior proporção na esfera particular, na qual, de 1991 a 2007, houve aumento de 279,06%; em comparação, as instituições públicas tiveram crescimento de 105,36% no número de matrículas (o crescimento total no período de 1991 a 2007 foi de 211,83%) (MEC, 2009a).

Foram registrados, ainda em 2007, 23.488 cursos de graduação presenciais ofertados pelas IES no Brasil, desses 6.596 cursos eram oferecidos por IES públicas (28,08%) e 16.892 (71,92%) por IES privadas. Observando o período de 1991 a 2007, o percentual de crescimento no número de cursos de graduação presenciais foi de 378,57% em todo o país; sendo essa expansão, nas IES públicas da ordem de 208,37%, enquanto nas privadas foi de 510,04% (em 1991 haviam 2.139 cursos em instituições públicas e 2.769 em instituições privadas) (MEC, 2009a).

Em relação ao número de instituições de Educação Superior, foram registradas em 2007 um total de 2.281 IES, dessas 249 (10,92%) eram públicas e 2.032 (89,08%) privadas; em 1991 observa-se que o número de instituições públicas era de 222 e o de privadas era de 671, representando, respectivamente, 24,86% e 75,14%. Comparando-se com os dados mais recentes (2007) com os mais antigos (1991) houve um crescimento de 12,16% no número de instituições públicas e de 202,83% nas instituições privadas (MEC, 2009a).

Mantendo a tendência apresentada nas últimas duas décadas, dados mais recentes demonstram a contínua expansão do ensino superior no Brasil e

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

reafirmam a tendência de ampliação ao atendimento à demanda por esse nível de ensino (Tabela 1).

Tabela 1: Estatísticas básicas da graduação (presencial e à distância) por categoria administrativa (pública e privada) - Brasil – 2010

Estatística	Geral		Pública		Privada	
	Total	Total	%	Total	%	
Matrículas	6.379.299	1.643.298	25,76%	4.736.001	74,24%	
Cursos	29.507	9.245	31,33%	20.262	68,67%	
Instituições	2.377	278	11,70%	2.099	88,30%	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do INEP (MEC, 2012).

O processo de expansão da educação superior resulta das pressões levadas ao setor público, reflexo das demandas sociais por escolarização, num cenário de aumento quantitativo no número de concluintes do ensino médio; tais pressões tiveram como resposta a ampliação de vagas e oferta de cursos no sistema público e a proliferação de instituições privadas que passaram a contar com apoio e incentivos governamentais (OLIVEIRA; DOURADO; AMARAL, 2006). Nesse sentido:

A ampliação da procura por educação superior é uma das tendências centrais na sociedade contemporânea. Entre os fatores que têm contribuído para este processo destacam-se a valorização do conhecimento científico, a defesa dos direitos sociais (mais educação), a aspiração das famílias por mobilidade social através da educação, a necessidade de aquisição de mais competências para enfrentar o mercado de trabalho etc. (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p.20).

Entretanto, existem notáveis insuficiências no tocante ao acesso e à permanência nos cursos de nível superior. Apesar do grande crescimento no número de instituições, cursos e matrículas, a taxa de matrícula bruta no ensino superior da faixa etária de jovens entre 18 e 24 anos, em 2009, era de apenas 26,7% e a taxa líquida⁶ de 14,4% (MEC, 2012). A expansão da matrícula com democratização ao acesso e atendimento das demandas sociais e a qualidade na formação são desafios que se apresentam no cenário atual da educação superior brasileira.

⁶ Taxa de escolarização bruta é a razão entre o número total de alunos matriculados em um determinado nível de ensino (independente da idade) e a população que se encontra na faixa etária prevista para cursar esse nível. O indicador taxa de escolarização líquida, por sua vez, indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade (MEC, 2004).

Conforme Fernandes (1966, p. 123) “um país tende a democratizar seu sistema de ensino quando procura atenuar ou abolir as barreiras extra-educacionais que restrinjam o uso do direito à educação e o convertam aberta ou disfarçadamente em privilégio social”.

Nesse sentido, Ristoff (2008, p. 45) aponta que:

Se a palavra de ordem da década passada foi *expandir*, a desta década precisa ser *democratizar*. E isto significa criar oportunidade para que os milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta mais expandir o setor privado - as vagas continuarão ociosas; não basta aumentar as vagas no setor público - elas apenas facilitarão o acesso e a transferência dos mais aquinhoados. A democratização, para acontecer de fato, precisa de ações mais radicais - ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência a todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o *campus* público.

A questão da democratização perpassa o aumento quantitativo na oferta de ensino de nível superior, segundo Höfling (2001) a democratização consiste em priorizar políticas públicas universalizantes que permitam as classes populares ter acesso ao conhecimento e com isso reduzir as desigualdades sociais. Tais políticas públicas necessitam basear-se nas demandas sociais e nos direitos básicos garantidos constitucionalmente.

Apresentada a realidade do setor educacional, o governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva adotou uma série de políticas públicas para expansão das vagas também no nível da responsabilidade pública acompanhado de proposições que visam à democratização do acesso. As medidas de expansão, além de possibilitar a criação de novas universidades e *campi* públicos, abarcaram também a ampliação do acesso nas instituições privadas através da disponibilização de bolsas mediante a renúncia fiscal (MICHELOTTO; COELHO; ZAINKO, 2006). Esse conjunto de políticas públicas compõe o chamado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

As diversas políticas adotadas através do PDE, bem como outras que vem sendo aprovadas, tem como objetivo primordial a ampliação do acesso ao ensino superior, principalmente de camadas menos favorecidas. O aumento no número de IES públicas, o financiamento para ingresso em instituições privadas, a

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

diferenciação dada aos estudantes de menor poder aquisitivo, as políticas de avaliação de qualidade, entre outras medidas adotadas, são vistas como políticas governamentais democráticas. Quanto à efetividade dessas medidas existem muitos questionamentos.

Ainda é cedo para se avaliar o impacto dessas medidas sobre o processo de democratização do acesso, mesmo porque muitas delas não são de aplicação imediata [...]. O acompanhamento de sua implementação – através dos processos de votação, dos arranjos que as instituições precisam fazer para atender as exigências, da equação de financiamento que precisa ser resolvida para assegurar não apenas o acesso, mas também da permanência no ensino superior dos jovens oriundos das camadas sociais de baixa renda, é um componente importante que deve ser objeto de análises e estudos futuros (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 152).

Como apontam Neves, Raizer e Fachinetti (2007) ainda é cedo para avaliar se essas medidas tomadas com intuito de criar um processo de democratização alcançam o impacto desejado. É inegável também o crescimento do ensino superior na última década, em relação ao número de matrículas, de cursos e de IES e aos programas federais para promover esse processo. No entanto, a discussão acerca da qualidade e permanência desses alunos, considerando os padrões socioeconômicos e culturais evidentemente desiguais é imprescindível para garantir uma verdadeira democratização do ensino.

2.2 – O Programa de Seleção Unificada das Universidades Federais – SiSU

Segundo Cunha (2000), em 1911, através do Decreto nº 8.659, foram instituídos os exames de admissão no ensino superior. Segundo o Artigo nº 65 do referido decreto, esses exames consistiam em “[...] prova escripta em vernáculo, que revele a cultura mental que se quer verificar e de uma prova oral sobre línguas e sciencias” (BRASIL, 1911). Quatro anos depois, o Decreto nº. 11.530, de 18 de março de 1915, mudou a nomenclatura desses exames para Vestibular. O Decreto nº 16.782-A de 13 de janeiro de 1925 acentuou ainda mais o caráter seletivo e discriminatório dos Exames Vestibulares, pois, a partir desse, ficou estabelecido o critério de vagas nas instituições. Até esse Decreto, todos os estudantes que fossem aprovados no exame tinham direito à matrícula.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Em 1996 foi criada a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a qual extinguiu o termo vestibular e adotou a expressão processo seletivo. Tal lei previa a autonomia das IES na criação de novos mecanismos de acesso que estabelecessem articulação com o Ensino Médio. Porém essa autonomia não significou mudanças práticas na forma de acesso, os processos seletivos sofreram poucas alterações e o conhecimento continuou a ser explorado de forma linear, sem garantir a reflexão do candidato e priorizando o conhecimento memorizado (SANTOS, 2012).

Na tentativa de reformular o tradicional sistema de seleção de estudantes e democratizar o acesso ao ensino de nível superior, foi criado pelo Governo Federal o Programa de Seleção Unificada das Universidades Federais. O SiSU foi instituído e regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, publicada no Diário Oficial da União em 26 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010b).

O SiSU utiliza dos resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio para a seleção dos candidatos (Art. 1º) e todos os procedimentos operacionais são efetuados em página eletrônica específica, exclusivamente por meio do sistema (Art. 2º) (BRASIL, 2010b).

O Exame Nacional do Ensino Médio é uma avaliação criada pelo Ministério da Educação em 1998 que busca analisar as competências e habilidades dos alunos do ensino médio. A criação do ENEM encontra-se no contexto da reforma do ensino médio, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MENEZES; SANTOS, 2002).

A LDB 9.394 estipula em seu Art. 9º, inciso VI que a União se incumbirá de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (BRASIL, 1996). O ENEM foi a primeira iniciativa de avaliação do ensino médio aplicada de forma geral. O primeiro modelo de exame era composto de 63 questões e aplicado em um dia de prova, o qual foi utilizado de 1998 a 2008.

No ano de 2009, o Ministério da Educação apresentou uma proposta para unificação do processo seletivo nas universidades públicas brasileiras, utilizando para isso o Sistema de Seleção Unificada. Segundo o parecer do MEC a tradicional

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

forma de seleção desfavorecia candidatos que não possuísem condições de locomoção pelo território brasileiro. Tal configuração do sistema seletivo limitava o acesso as universidades federais de estados menores aos candidatos residentes nas regiões próximas. A proposta apresentou-se com objetivos de democratizar as oportunidades de acesso às vagas de ensino superior público; possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. (MEC, 2009b).

A proposta encaminhada pelo MEC à Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior apresentava como um dos motivos para adoção do ENEM como forma de ingresso, o fato de que o atual sistema via vestibular favorecia candidatos de maior poder aquisitivo, conforme o texto:

Ainda que o vestibular tradicional cumpra satisfatoriamente o papel de selecionar os melhores candidatos para cada um dos cursos, dentre os inscritos, ele traz implícitos inconvenientes. Um deles é a descentralização dos processos seletivos, que, por um lado, limita o pleito e favorece candidatos com maior poder aquisitivo, capazes de diversificar suas opções na disputa por uma das vagas oferecidas. Por outro lado, restringe a capacidade de recrutamento pelas IFES, desfavorecendo aquelas localizadas em centros menores (MEC, 2009b, p.1).

Justificando a proposta o texto ainda cita:

A alternativa à descentralização dos processos seria, então, a unificação da seleção às vagas das IFES por meio de uma única prova. A racionalização da disputa por essas vagas, de forma a democratizar a participação nos processos de seleção para vagas em diferentes regiões do país, é uma responsabilidade social tanto do Ministério da Educação quanto das instituições de ensino superior, em especial as IFES. Da mesma forma, a influência dos vestibulares tradicionais nos conteúdos ministrados no ensino médio também deve ser objeto de reflexão (MEC, 2009b, p. 2).

A proposta apresentada pelo Ministério da Educação fundamentou-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2007), a qual demonstrou a reduzida mobilidade de estudantes no país: apenas 0,04% residiam a menos de um ano no estado em que estudavam. Em comparação nos Estados Unidos essa taxa é de 20% (MORRONE, 2011).

Houve significativo aumento no número de alunos que se inscreveram para o ENEM desde sua primeira edição, tal aumento pode estar relacionado à utilização dos resultados do exame como complementar ou substitutivo dos

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

processos seletivos das IES públicas. Deve-se considerar também que a nota do ENEM, além de usada como certificação de conclusão do ensino médio, é usada na avaliação de estudantes para a obtenção de bolsas no ProUni. Destaca-se que, em 1998 foram 157.221 inscritos no ENEM, já em 2011 esse número saltou para 6.221.697 inscritos.

O candidato que participar do ENEM poderá inscrever-se no SiSU através do preenchimento de uma ficha de inscrição, onde especificará a opção de instituição, curso, turno e modalidade de concorrência à qual deseja concorrer. Durante os períodos de inscrição, é facultado ao candidato alterar a sua opção de vaga em instituição, curso e turno que pretende concorrer. O sistema disponibiliza ao candidato a nota de corte para cada curso e mantém essa atualizada periodicamente, conforme o processamento das inscrições é efetuado (Art. 10º) (BRASIL, 2010b). No primeiro processo seletivo de 2013, através do SiSU foram oferecidas 129.300 vagas em 3.700 cursos de 101 instituições públicas. No total, 1.949.950 candidatos participaram do processo seletivo (BRASIL, 2013b).

03 – METODOLOGIA

A pesquisa que se desenvolve nesse trabalho é de caráter descritivo. Conforme Cruz e Ribeiro (2004, p. 18) a pesquisa descritiva é um "estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem interferência do pesquisador". Para Gil (1991, p. 44) as pesquisas descritivas têm como objetivo "a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

Quanto ao método de abordagem a presente pesquisa caracteriza-se como quantitativa. Para Falcão e Régnier (2000, p. 232) a pesquisa quantitativa propicia que "a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista". As pesquisas quantitativas requerem o uso de recursos estatísticos. O método estatístico é aquele que "faz uso de procedimentos vários da estatística para interpretação de dados

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

analisados. Significa a redução, em termo quantitativo, de fenômenos sociológicos, políticos e econômicos" (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 108).

Quanto aos seus procedimentos técnicos a pesquisa pode ser classificada como estudo de caso. O estudo de caso “consiste em coletar e analisar informações sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa” (ALMEIDA, 1996, p. 106).

Feitas essas considerações, a pesquisa sobre os efeitos causados no perfil e desempenho dos estudantes pelo utilização do SiSU na UFV-CRP é um estudo de caso descritivo e quantitativo, que se utiliza de métodos estatísticos.

Os dados utilizados na presente pesquisa foram de caráter secundário, obtidos junto a Divisão de Sistemas de Informação da Universidade Federal de Viçosa e se constituem de informações de 2.840 estudantes do *Campus* de Rio Paranaíba. Os dados obtidos abrangem todos os alunos que ingressaram na UFV-CRP desde o primeiro semestre de 2007, quando a universidade começou sua atuação acadêmica, até os estudantes que ingressaram no primeiro semestre de 2013, que iniciou atividades em maio de 2013. Compõem os dados, informações relativas ao perfil dos estudantes (data de nascimento, local de nascimento e local de residência) e informações relativas à vida acadêmica (curso, situação perante a universidade, semestre de admissão, forma de admissão e coeficiente de rendimento acumulado).

Como o objetivo do trabalho foi verificar o impacto da utilização do SiSU na UFV-CRP, procede-se a divisão dos dados em dois grupos distintos: estudantes ingressados na universidade via vestibular e estudantes ingressados via SiSU. A divisão nesses dois grupos buscou a percepção de diferenças tanto a nível de perfil como de desempenho dos estudantes a fim de verificar se ocorreram mudanças nessas características que se possam creditar a mudança na forma de seleção.

Para análise dos dados obtidos juntos a UFV-CRP, procedeu-se a utilização de estatística descritiva. Segundo Maroco (2003) compõem a estatística descritiva: as medidas de tendência central (média, mediana e moda); medidas de dispersão (variância, desvio-padrão e amplitude); medidas de assimetria e achatamento; medidas de associação e representação gráfica de resultados. A

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

representação gráfica de resultados tem o objetivo de possibilitar a visualização das características das variáveis em estudo, apresentando os resultados de forma simples e de fácil memorização (MAROCO, 2003). Na organização dos dados, cálculo dos indicadores estatísticos e construção dos gráficos, utilizou-se de planilha eletrônica (*Microsoft Office Excel*).

04 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma análise da evolução, ao longo dos anos, da relação candidato/vaga na Universidade Federal de Viçosa – *Campus* de Rio Paranaíba, permite verificar que no ano de 2012 houve um salto quantitativo no número de inscritos para o processo seletivo. A comparação entre os anos 2011 e 2012 mostra que houve um aumento de 273,27% na relação de candidato inscrito por vaga disponibilizada.

Ressalta-se que, no ano de 2012, o SiSU passou a representar a principal forma de seleção de candidatos na UFV, sendo responsável pelo preenchimento de 80% das vagas (o sistema unificado foi implantado em 2010, porém nos anos de 2010 e 2011 teve pequena representatividade no número de alunos selecionados).

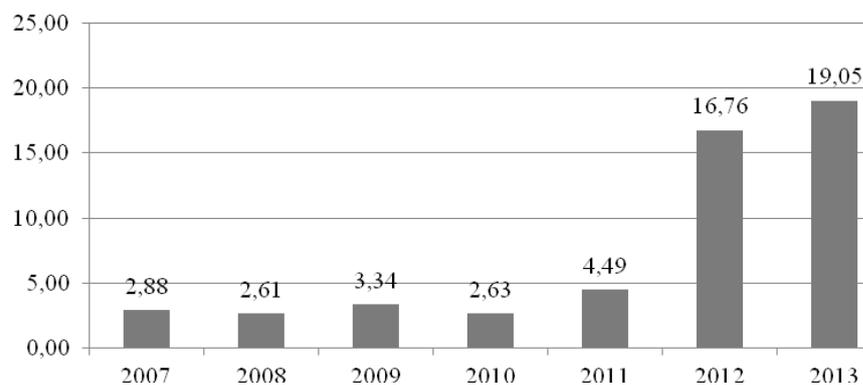


Figura 1: Evolução anual no número de candidatos por vaga na UFV-CRP, no período de 2007 a 2013

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da UFV.

O MEC adotou como uma das justificativas para adoção do SiSU, a facilidade gerada pelo sistema para a inscrição e realização da prova seletiva, que no SiSU é o ENEM. O aumento no número de inscritos na UFV-CRP após a adoção

do SiSU como principal forma de seleção mostra que esse objetivo foi alcançado no sentido de que mais estudantes tiveram a oportunidade de concorrer as vagas oferecidas pelo *Campus*.

Dada a adoção do Sistema Unificado para Seleção das Universidades Federais e o conseqüente aumento no número de inscritos no processo seletivo da UFV-CRP, procede-se uma análise e discussão sobre os dados dos alunos matriculados na UFV-CRP através da comparação do perfil e resultados dos alunos considerando as duas formas de seleção utilizadas até o momento.

4.1 – Comparação do Perfil e Desempenho Acadêmico dos Estudantes que Ingressaram via Vestibular e SiSU na UFV-CRP

Dos 2.840 estudantes da graduação que ingressaram na UFV-CRP, 1.696 se utilizaram do vestibular como processo seletivo, o que equivale a 59,72% dos estudantes; 961 utilizaram o SiSU (33,84%) e os restantes 183 estudantes (6,44%) ingressaram por outras formas de seleção (portador de diploma, mudança de curso, transferência).

Comparando a idade dos alunos que ingressaram pelos dois sistemas⁷, observa-se que a média de idade⁸ dos alunos do vestibular é de 19,35 anos e apresenta desvio-padrão de 3,73 anos; já os ingressantes pelo SiSU tem média de idade de 19,62 anos com desvio padrão de 4,30 anos; verifica-se portanto que não houve diferenças significativas entre as médias de idade, o que pode ser explicado pelo fato de que os estudantes que ingressam na universidade se constituírem, no geral, de alunos que terminaram o ensino médio e, portanto, não existe muita variação na idade.

Buscou-se identificar se a forma de ingresso influencia a situação dos alunos na universidade. Foi possível verificar que até o momento, os alunos que ingressaram pelo SiSU apresentam maior percentual de alunos em situação normal e menor taxa de abandono e desligamento (Tabela 2).

⁷ Dados de 2655 alunos da graduação que apresentavam informação sobre a forma de ingresso e sobre a idade.

⁸ Considera-se a idade no ingresso.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

Tabela 2: Distribuição percentual da situação por forma de ingresso na UFV-CRP, no período de 2007 a 2012

Situação	Vestibular	SiSU
Abandono	25,97	20,48
Conclusão	6,10	-
Desligamento	2,12	1,47
Normal	62,14	74,03
Outros	1,56	0,27
Trancamento	2,12	3,75
Total	100	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ao analisar a forma de ingresso e a Unidade da Federação de origem, verifica-se que os estados do Mato Grosso, Pará e Tocantins enviaram alunos para a UFV-CRP depois da adoção do SiSU como forma de seleção de candidatos. É possível notar também que os alunos de Minas Gerais tiveram menor taxa de ingresso com a utilização do SiSU e que todos os outros estados aumentaram seu percentual de participação (Tabela 3). Essa tendência verificada está de acordo com a justificativa apresentada pelo MEC para adoção do SiSU, na qual a diversificação em termos de origem territorial e o acesso às instituições públicas mais distantes, se apresentam como motivos para a implantação do sistema unificado de seleção.

Tabela 3: Participação percentual das Unidades da Federação por forma de ingresso na UFV-CRP, no período de 2007 a 2013⁹

Estado	Vestibular	SiSU	Total
Minas Gerais	95,31	84,34	91,34
São Paulo	3,20	11,48	6,21
Bahia	0,30	1,04	0,57
Rio de Janeiro	0,06	1,04	0,42
Espírito Santo	0,47	0,73	0,57
Goiás	0,42	0,52	0,45
Distrito Federal	0,18	0,31	0,23
Pará	-	0,21	0,08
Paraná	0,06	0,10	0,08
Mato Grosso	-	0,10	0,04
Tocantins	-	0,10	0,04
Total	100	100	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Apesar da redução em termos percentuais, Minas Gerais mantém expressiva participação percentual no total de alunos matriculados na UFV-CRP.

⁹ Consideram-se dados de 2643 alunos que ingressaram via SiSU ou vestibular e que apresentam informações quanto ao estado de origem.

Assim foram analisados os dados dos estudantes de Minas Gerais, pela divisão em mesorregiões. Verifica-se, conforme Tabela 4, que a Mesorregião do Alto Paranaíba/Triângulo Mineiro é que tem maior representatividade no número de alunos, tendo 88,98% do total de alunos que ingressaram via vestibular e 68,69% dos que ingressaram via SiSU, o que é natural pelo fato de o *Campus* estar situado nessa mesorregião. Porém, com a adoção do SiSU, outras mesorregiões mineiras, mais distantes do *Campus* de Rio Paranaíba, passaram a enviar maior quantidade de alunos e ter maior representatividade no número de estudantes no *campus*, principalmente as regiões Metropolitana de Belo Horizonte, Oeste de Minas e Norte de Minas.

Tabela 4: Participação percentual das mesorregiões do estado de Minas Gerais por forma de ingresso na UFV-CRP, no período de 2007 a 2013¹⁰

Mesorregião (Minas Gerais)	Vestibular	SiSU	Total
Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba	88,98	68,69	82,19
Metropolitana de Belo Horizonte	1,37	9,41	4,06
Oeste de Minas	1,81	4,33	2,65
Central Mineira	1,43	3,47	2,11
Norte de Minas	0,44	3,09	1,33
Sul/Sudoeste de Minas	0,68	2,97	1,45
Vale do Rio Doce	0,62	2,85	1,37
Zona da Mata	1,93	2,23	2,03
Noroeste de Minas	2,37	1,98	2,24
Campo das Vertentes	0,31	0,74	0,46
Jequitinhonha	0,06	0,12	0,08
Vale do Murici	-	0,12	0,04
Total	100	100	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Procede-se a uma análise mais específica da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba através da divisão em microrregiões; verifica-se que com a adoção do SiSU, também houve maior diversificação territorial em termos de microrregião, já que a microrregião de Patos de Minas, na qual está inserido o Campus de Rio Paranaíba, passou a ter menor representatividade e outras microrregiões passaram a enviar maior número de alunos para estudar no *Campus*, principalmente as microrregiões de Araxá e Uberlândia (Tabela 5).

¹⁰ Dados de 2414 estudantes de Minas Gerais que ingressaram por SiSU ou vestibular.

Tabela 5: Participação percentual das microrregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba por forma de ingresso na UFV-CRP, no período de 2007 a 2013¹¹

Microrregião	Vestibular	SiSU	Total
Patos de Minas	89,36	80,90	87,00
Araxá	4,48	10,27	6,10
Patrocínio	4,34	4,86	4,49
Uberlândia	1,19	2,52	1,56
Uberaba	0,35	1,26	0,60
Ituiutaba	0,14	0,18	0,15
Frutal	0,14	-	0,10
Total	100	100	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

Buscou-se analisar detalhadamente a microrregião de Patos de Minas, identificando os municípios que a compõem; verifica-se que, quando a forma de ingresso era somente o vestibular, as cidades de Rio Paranaíba, São Gotardo e Carmo do Paranaíba eram as principais cidades a ter estudantes na UFV-CRP, totalizando as três cidades 82,23% do total de alunos. Com a adoção do SiSU essas cidades continuaram a ser as mais representativas, porém houve uma queda nesse percentual para 77,96%. Com a mudança de processo seletivo, observa-se que as cidades de Patos de Minas, Guimarânia, Lagoa Formosa, Matutina, Santa Rosa da Serra, Rio Paranaíba e Tiros aumentaram o percentual de participação em número de alunos no *campus*, enquanto as cidades de Carmo do Paranaíba e São Gotardo diminuíram tal participação. De forma geral, a cidade sede do Campus, Rio Paranaíba, e as cidades mais próximas, São Gotardo e Carmo do Paranaíba são, independente da forma de seleção, as mais representativas em termos de número de alunos matriculados na UFV-CRP

Com relação ao desempenho acadêmico, verifica-se que o Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) dos alunos que ingressaram por meio do SiSU é menor que o CRA dos alunos ingressados pelo vestibular. A média de CRA dos alunos do vestibular é de 67,39 pontos e tem desvio-padrão de 11,59 pontos, já os alunos do SiSU apresentam média de CRA de 61,87 pontos com desvio-padrão de 16,27 pontos. A queda na média do CRA após a mudança na forma de seleção para ingresso é de 8,19%.

¹¹ Dados de 1984 estudantes da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que ingressaram por SiSU ou vestibular.

A queda no coeficiente de rendimento acumulado, verificada com a adoção do SiSU, aparece como um sinal de que houve queda no desempenho dos alunos e traz questionamentos sobre a eficiência do processo seletivo e sobre a preparação dos alunos que tem ingressado recentemente no ensino superior. Conforme apontaram Nevez, Raizer e Fachinetto (2007) a ampliação do acesso é fundamental para a política educacional brasileira, porém juntamente com a ampliação do acesso deve-se pensar a qualidade da formação dos estudantes.

Segundo Almeida et al. (2012) é importante estender as discussões sobre o tema da democratização do acesso as questões da frequência, sucesso acadêmico e conclusão dos cursos. Para os mesmos, fatores como indecisão vocacional, desmotivação, baixa capacidade, falta de bases de conhecimento, métodos de trabalho inapropriados e abordagens inadequadas podem ser apontados como motivos de dificuldade de aprendizagem e realização acadêmica.

Para Franco (2008) a falta de bases de conhecimento é perceptível. Segundo o autor o desempenho dos alunos egressos do ensino médio não é plenamente satisfatório e a educação básica tem se mostrado deficitária, e que, muitas vezes, cabe ao ensino superior se apresentar como etapa compensatória das carências de aprendizado das etapas anteriores. São notadas deficiências no domínio de conteúdos elementares e competências fundamentais para a compreensão dos conteúdos ministrados a nível superior e desenvolvimento das habilidades necessárias ao êxito na carreira profissional.

05 – CONCLUSÕES

A unificação do processo de seleção nas universidades públicas federais baseia-se na possibilidade de mobilidade de estudantes pelo território nacional, criando a oportunidade para ingresso em instituições mais distantes, principalmente as que passaram pelo processo expansionista baseado na interiorização como é o caso da Universidade Federal de Viçosa com a criação do *Campus* de Rio Paranaíba. Nesse sentido verifica-se pela pesquisa que o objetivo do MEC tem sido atendido na UFV-CRP, já que o *Campus* tem atraído alunos de diferentes estados

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

do país e, cada vez mais, o estado de Minas Gerais, a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e a microrregião de Patos de Minas têm apresentado menor representatividade no número de alunos que ingressam a cada ano.

Os dados que comparam o número de inscritos por vaga disponibilizada demonstram que a adoção do SiSU realmente permitiu que um maior número de estudantes disputassem as vagas na UFV-CRP. Em 2009, último ano antes da adoção do SiSU, cada vaga no *Campus* de Rio Paranaíba era concorrida por 3,34 estudantes, em 2013 esse número saltou para 19,05 candidatos/vaga, o aumento é de 470,36%.

A finalidade do SiSU, fundamentada na possibilidade de oferecer aos estudantes maior diversidade de opções e maior facilidade na mobilidade territorial, foi alcançada quando analisados os dados da UFV-CRP, comprovando-se maior disputa pelas vagas do *Campus* e maior diversificação na origem territorial dos alunos. Entretanto surgiu um dado negativo quando da adoção do SiSU: a queda no Coeficiente de Rendimento Acumulado. O pior desempenho dos alunos do SiSU gera discussão quanto à eficiência desse sistema de seleção.

O debate sobre a eficiência do SiSU deve abranger, além do questionamento sobre o próprio sistema, aspectos da preparação dos alunos durante o ensino médio e sobre o elaboração e aplicação do Exame Nacional do Ensino Médio.

Quanto ao ensino médio cabe avaliar se os alunos egressantes estão tendo a devida preparação para que possam desenvolver bem um curso de graduação e se esse nível de ensino conta com investimentos satisfatórios. Em relação ao ENEM a crítica se estabelece, principalmente, na confiabilidade da aplicação do exame, o qual, nas últimas edições, tem sido alvo de polêmicas e desconfiança quanto ao sigilo das provas, à justiça no cálculo das notas e o rigor na correção.

A crítica ao sistema informatizado pode ser desenvolvida no sentido de que “força” o aluno à escolha de um curso em que sua nota seja aprovada e que a escolha do curso e da universidade é determinada pela nota e não pela vontade ou aptidão do estudante.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

O presente trabalho se limitou a estudar os dados disponibilizados pela UFV-CRP. Tais dados possuem caráter quantitativo e não abrangem a opinião e experiências dos alunos, que são variáveis que podem explicar as escolhas de universidade e curso, bem como influenciar no desempenho acadêmico. Outros dados como número de reprovações, escola onde cursou o ensino fundamental e médio (pública ou privada), condições econômicas e sociais, entre outros, podem ser objeto de estudo para obtenções de conclusões mais aprofundadas.

Ainda quanto aos dados obtidos cabem algumas críticas. Em primeiro lugar observa-se discrepância na quantidade de alunos que ingressaram pelos dois sistemas de seleção aplicados, o que, em alguns casos, pode influenciar nas análises de participação e representatividade. O fato de que o *Campus* existe há poucos anos também gera inconvenientes: observa-se que alguns cursos já percorreram o ciclo do ingresso à conclusão, enquanto outros ainda não possuem dados de todas as fases; não existe uma linearidade na oferta de vagas devido ao processo de inclusão de cursos, o que dificulta a comparação entre os anos, e as mudanças de direcionamentos de cursos e grades curriculares também podem causar viés nas comparações.

Apesar das restrições esse foi o primeiro trabalho a realizar a análise dos impactos do uso do SiSU na UFV - Campus de Rio Paranaíba, fornecendo informações relevantes que possam direcionar medidas estratégicas referente a maior divulgação do Campus e dos cursos, o que pode ampliar a atratividade do mesmo, bem como no sentido de oferecer programas que permitam um nivelamento desses alunos favorecendo o desempenho acadêmico.

Para estudos futuros recomenda-se analisar um período de tempo em que a proporção de utilização do vestibular e do SiSU seja proporcional e o universo de cursos estudado tenha passado por um ciclo completo desde o ingresso à conclusão. Uma pesquisa que avalie a opinião de estudantes e professores sobre a utilização do SiSU também pode trazer informações relevantes.

Vale ressaltar que, para alcançar uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior, o processo seletivo se apresenta apenas como um de muitos fatores que devem ser motivo de atenção e alvo de políticas públicas. O acesso ao ensino básico de qualidade, a possibilidade de deslocamento e manutenção em

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

outra cidade, a oferta de vagas em número suficiente, a preparação e valorização dos professores, a disponibilidade de materiais e instalações adequados, entre outros; são fatores que vão influenciar diretamente na democratização do acesso ao ensino superior e garantir que tal democratização aconteça mantendo-se o nível de qualidade do ensino e que esse traga benefícios concretos aos estudantes.

06 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Leandro; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; AMARAL, Alberto; DIAS, Diana. *Democratização do Acesso e do Sucesso do Ensino Superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil*. Campinas: 2012.

ALMEIDA, Maria Lúcia Pacheco de. *Como elaborar monografias*. Belém: Cejup, 1996.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 01 de março de 2013.

BRASIL. *Decreto nº 8.659 de 5 de abril de 1911*. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%208652%20-%201911%20lei%20org%E2nica%20rivad%E1via%20correia.htm. Acesso em 03 de março de 2013.

BRASIL. *Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 03 de março de 2013.

BRASIL. *Portaria Normativa nº 2 de 26 de janeiro de 2010*. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Publicada no Diário Oficial da União em 27 de janeiro de 2010b. Disponível em: <http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf>. Acesso em 03 de março de 2013.

BRASIL. *Sistema de Seleção Unificada*. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2013b.

BRASIL. *SiSU avança na democratização do acesso a universidade*. Disponível em: <<http://www.dilma.com.br/site/destaques/sisu>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2013a.

CRUZ, Carla; RIBEIRO, Uirá. *Metodologia científica: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. *Ensino Superior e universidade no Brasil*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira. 500 anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FALCÃO, Jorge Tarcísio da Rocha; RÉGNIER, Jean-Claude. *Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: EUSP, 1966.

FRANCO, Alexandre de Paula. *Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições*. Jornal de políticas educacionais. n° 4 | Julho–Dezembro de 2008.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

MAROCO, João. *Análise estatística: com utilização do SPSS*. Lisboa: Sílabo, 2003.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Dicionário de Indicadores Educacionais*. Brasília, DF, 2004.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo Técnico: Censo de Educação Superior 2007*. Brasília: INEP, 2009a.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior*, 2009b.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse das Ações do Ministério da Educação*, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_banners&task=click&bid=73>. Acesso em 01 de março de 2013.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da educação superior: 2010 – Resumo Técnico*. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.

MENEZES, Ebenezer Takumo de; SANTOS, Thais Helena dos. "ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=148>. Acesso em 03 de março de 2013.

MICHELOTTO, Regina Maria; COELHO, Rúbia Helena; ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. *A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula*. Educar, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR.

MOEHLECKE, Sabrina; CATANI, Afrânio Mendes. *Reforma e Expansão do Acesso ao Ensino Superior: balanço e proposições*. In: Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). In: Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios / OLIVEIRA, João Ferreira de et al. – Brasília: INEP 2006.

MORRONE, Maria Lúcia. *O Exame Nacional do Ensino Médio: democratização do ensino superior e regulação do sistema escolar*. Disponível em:

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoescomunic/0378.pdf>. Acesso em 03 de março de 2013.

NEVES, Clarissa Echert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochelle Fellini. *Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira*. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº17, jan./jul.2007.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; AMARAL, Nelson Cardoso. *Desafios e Perspectivas de uma Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes)*. In: Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios / OLIVEIRA, João Ferreira de et al. Brasília: INEP 2006.

RISTOFF, Dilvo. *Educação Superior no Brasil-10 anos pós LDB: da expansão à democratização*. In: BITTAR, Mariluce, OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (orgs.) *Educação Superior no Brasil-10 anos pós LDB*. (Coleção INEP 70 anos v.2. pp. 39-50). Brasília: INEP/MEC, 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis: Vozes, 1991.

SANTOS, Janete dos. *Acesso à educação superior: a utilização do ENEM/SiSU na UFRB*. Disponível em <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-12.pdf>. Acesso em 03 de março de 2013.

TAVARES, Diana Amado et al. Student's preferences and needs in portuguese higher education. *European Journal of Education*. New York, v. 43, n. 1, p. 107-122, 2008.

Revista Brasileira de Educação e Cultura – ISSN 2237-3098 Centro de Ensino Superior de São Gotardo	Número IX Jan-jun 2014	Trabalho 05 Páginas 63-88
http://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura	periodicoscesg@gmail.com	